



PROPOSTA DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB

Adão de Oliveira Filho¹
Fernando Bandeira²

1 INTRODUÇÃO

Propor um instrumento de avaliação institucional para os Polos de Apoio Presencial de educação a distância UAB foi o propósito da tese de doutorado defendida por este autor na Universidade Fernando Pessoa – Portugal, para o Curso de Ciência da Informação. O intuito é ofertar aos Polos de Apoio Presencial um instrumento de avaliação institucional, que alinhado aos objetivos da modalidade educação a distância, possa medir e manter a qualidade e a funcionalidade destas unidades educacionais.

A avaliação institucional deve contemplar todos os níveis do sistema educacional, criar uma cultura avaliativa que leve as instituições a um diagnóstico de sua gestão resultando em mais qualidade nos serviços. Somam-se a estas instituições, os Polos de Apoio Presencial de Educação a Distância - EaD, enquanto locais devidamente credenciados pelo Ministério da Educação - MEC, para o desenvolvimento de atividades pedagógico-administrativas de cursos e programas ofertados a distância.

Para a avaliação dos Polos de Apoio Presencial de Educação a Distância, o Ministério da Educação propõe itens mínimos necessários para o bom funcionamento dos mesmos, visando o alcance de seus objetivos³, obedecendo às necessidades de cada curso oferecido. Com isto, constata-se que não há uma avaliação que possa ser considerada institucional, tendo em vista que o atual instrumento de credenciamento de Polos de Apoio Presencial EaD, tem

¹ Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Fernando Pessoa (2022). Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. [Currículo do Sistema de Currículos Lattes \(Adão de Oliveira Filho\) \(cnpq.br\)](#)

² Doutor em Gestão da Qualidade pela Universidade Aberta de Lisboa (2006). Professor da Universidade Fernando Pessoa. Currículo do Sistema de Currículos Lattes [Currículo do Sistema de Currículos Lattes \(Fernando Bandeira\) \(cnpq.br\)](#)

³ Conforme UAB (2011) O objetivo do Polo é proporcionar uma estrutura adequada para o atendimento dos alunos e demais envolvidos com o EaD. Fazem parte desta estrutura: computadores, biblioteca, sala de multimídia, sala de aula; enfim, o que for necessário para o desenvolvimento do curso.

avaliado somente as condições físicas e de pessoal, para o funcionamento dos cursos das IES em suas instalações.

Acredita-se que as estruturas mínimas⁴ exigidas pelo MEC, para o funcionamento e manutenção destas unidades, não são suficientes para a manutenção da sua qualidade institucional. Sendo estes espaços, locais para o desenvolvimento de atividades pedagógicas complementares àquelas ministradas à distância, estes centros de formação necessitam de uma avaliação institucional, tanto quanto as instituições de ensino superior presenciais.

Ao propor uma ferramenta de avaliação institucional para os Polos de Apoio Presencial Ead/UAB deparou-se com a necessidade de construir e validar um novo instrumento e para esse estudo, baseado na literatura e principalmente na legislação vigente, precisou-se estabelecer alguns parâmetros. Considerou-se neste estudo, Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil – UAB, vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, situados no Estado de Santa Catarina, ofertando cursos de graduação superior, considerando como data recorte para a pesquisa o ano de 2018. O indispensável nesta produção, conforme rege a legislação, considerar as 10 dimensões elencadas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES para a construção do instrumento de avaliação institucional.

Para a elaboração da pesquisa buscou-se os métodos da pesquisa qualitativa, bem como os métodos da pesquisa quantitativa para a confecção do instrumento. Utilizou-se do estudo de múltiplos casos através de uma pesquisa bibliográfica e documental e como instrumento de coleta de dados, a técnica do questionário *on-line*, através dos Formulários *Google*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 UAB E OS POLOS DE APOIO PRESENCIAL

Instituído através do Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) não é uma instituição de ensino. Trata-se de um sistema composto por universidades estaduais, federais e institutos de educação, ciência e tecnologia, articulados cooperativamente com prefeituras municipais e governos estaduais para o

⁴ Conforme Formulário de Credenciamento de Polo de Apoio Presencial para Educação a Distância – SINAES Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/ead/Instrumento_Cred_Polo_EAD_atualizado_agosto.pdf

desenvolvimento de cursos na modalidade de ensino a distância (MOTA, 2007; MATIAS-PEREIRA, 2008).

O Sistema UAB fomenta a modalidade a distância nas Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES, proporcionando a colaboração entre a União e os entes federativos, reforçando a criação de centros de formação permanentes por meio dos Polos de Apoio Presencial, possibilitando a interiorização e priorizando a formação de professores e gestores públicos (FERREIRA, 2015 e MILL, 2012).

Por tratar-se de uma rede nacional formada pelo conjunto de instituições públicas de ensino superior devidamente articuladas com os Polos de Apoio Presencial, a oferta de cursos não é feita de maneira isolada por cada uma das instituições, mas através de projetos que se formam de parcerias das instituições interessadas na oferta de determinado curso (ALMEIDA, 2008).

O conceito de Polo de Educação a Distância em vigor é o emanado do Decreto nº 9.057/17 com redação dada pelo Decreto nº 9.235/17, (BRASIL, 2017a), *in verbis*: art. 5º.: “O polo de educação a distância é a unidade descentralizada da instituição de educação superior, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância”. Em relação ao credenciamento, estas unidades são avaliadas de maneira diferenciada, considerando as IES e própria modalidade EaD (BRASIL, 2017).

Os Polos de apoio presencial estão inseridos no Sistema Universidade Aberta, sendo subordinados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que estabelece critérios para seu funcionamento. Segundo Branco (2014) são uma proposta de estrutura mínima, com vistas a nortear as ações de seus mantenedores municipais e/ou estaduais, fornecendo-lhes uma base de estimativa para os investimentos que deverão ser feitos para adequação de bens públicos.

O Guia de orientações básicas sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil define e descreve a estrutura mínima para os Polos UAB, que se baseiam na infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, que serão fundamentais para garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES neles atuantes (CAPES/UAB, 2013).

Segundo Azevedo (2008) os desafios para administrar os Polos são imensos e complexos, principalmente no que se refere ao modelo pedagógico, organização curricular,

escolha de professores, tutores, conteudistas, suporte técnico, estrutura física, pontos de acesso, formas e procedimentos avaliativos e equipamentos.

O processo de avaliação irá promover a coleta de informações para a tomada de decisão tanto de caráter político, quanto pedagógico e administrativo, trazendo melhorias para as instituições a fim de promover sua autorregulação, emancipação, aumento da capacidade educativa, entre outros. Nesse sentido, os resultados da análise serão o aporte para os processos de regulação e supervisão (DIAS SOBRINHO *et al.*, 2003; POLIDORI, 2009).

A forma como é conduzida a gestão do Polo, tem influenciado toda a dinâmica da Educação a Distância para o Município/Estado mantenedor, pois é o seu desempenho que promove as oportunidades para a permanência do aluno no curso, considerando que esta unidade educacional é o local onde o aluno vai desenvolver as atividades pedagógicas relativas aos cursos ofertados a distância.

2.1.1 Avaliação de um Polo de Apoio Presencial

Em se tratando de EaD os processos de avaliação do ensino superior foram diferenciados até a edição da Portaria nº 1.382 de 31 de outubro de 2017, que unificou os procedimentos avaliativos em 5 eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES, tanto para a modalidade presencial quanto para a modalidade a distância.

Assim em uma pequena revisão cronológica traz-se à tona a Portaria nº 300 de 30 de janeiro de 2006, que aprova em extrato o instrumento de avaliação externa de instituições de educação superior, elencando as 10 dimensões e seus respectivos pesos, então revogada pela Portaria nº 1264 de 17 de outubro de 2008. Na sequência, a Portaria nº 92 de 31 de janeiro de 2014, aprova em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, na modalidade presencial do SINAES, definindo 5 Eixos que devem abranger as 10 dimensões já previstas na Lei de criação do SINAES. Estas normativas aplicadas à modalidade presencial.

O diferencial está na avaliação institucional da EaD. Apesar de a modalidade estar prevista desde 1996 pela Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), só em 2004 através da Portaria nº 4.361 é que começaram a ser detalhados os procedimentos para os processos de credenciamento de cursos incluindo-os na modalidade a distância, mas ainda muito incipiente. Com a edição do Decreto nº 5.622/05 e posterior Decreto nº 6.303/07, que orienta os procedimentos de regulação, avaliação e supervisão, juntamente com os *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância*, surgem

os Polos de Apoio Presencial e a exigência de credenciamento, supervisão e controle destes espaços educacionais.

Cria-se dessa forma o *Instrumento para Credenciamento de Polo*. Além do credenciamento específico de polos, o instrumento para o credenciamento de cursos a distância, um outro para a autorização de cursos e, um outro, específico para o reconhecimento de cursos. Todos os instrumentos voltados para a modalidade a distância, além dos já previstos para a modalidade presencial. Ainda se pode destacar a Portaria nº 10 de julho de 2009 que estabelece a possibilidade de avaliação dos Polos de Apoio Presencial de cada IES por meio de amostragem, dependendo do conceito de avaliação institucional externa e do índice geral de cursos.

Nota-se que no campo da modalidade presencial uma série de instrumentos são elaborados e aplicados com o intuito de resguardar a qualidade dos cursos e das instituições de ensino, já na EaD os processos visam em torno de credenciamento. Credenciar Instituições de Ensino Superior - IES para EaD, credenciar Polos de Apoio Presencial, como também autorizar e reconhecer cursos a distância.

Quanto a avaliação dos Polos de Apoio Presencial a Distância existe um instrumento específico que envolve as mesmas 3 dimensões do credenciamento da IES para EaD: organização institucional, corpo social e instalações físicas. Na distribuição dos indicadores a organização institucional possui apenas dois, o corpo social possui 6, enquanto a instalação física possui 15 indicadores.

Apura-se na exposição acima, no caso da avaliação da EaD e de Polos de Apoio Presencial, a relevância para o peso nas instalações físicas e o espaço material, quando o foco deveria estar no conhecimento, na pesquisa, nas atividades coletivas, já que há o desenvolvimento de atividades acadêmicas e estas deveriam ser priorizadas em uma avaliação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a construção do instrumento de avaliação institucional para os Polos de Apoio Presencial EaD/UAB foi definida considerando a natureza do problema e os objetivos, seguindo duas vertentes: método qualitativo e método quantitativo.

Abordou-se a base teórica e conceitual do EaD possibilitando uma investigação das metodologias utilizadas em outras investigações, identificando e selecionando referenciais para a confecção do instrumento de avaliação. No caso específico desta investigação partiu-se obrigatoriamente, da legislação vigente, uma vez que há normas ditadas pelo SINAES, que

atua por força da Lei nº 10.861/04, regulamentando a avaliação institucional para os cursos de graduação superior, estabelecendo indicadores de qualidade dispostos em 10 dimensões, distribuídos em eixos avaliativos.

O instrumento construído, tem como base o questionário escrito, está estruturado nos três elementos obrigatórios a saber: a) eixos; b) indicadores; c) critérios de análise, com o objetivo de identificar as potencialidades e deficiências dos Polos de Apoio Presencial estudados, promovendo a melhoria da qualidade da sua gestão e fornecer à comunidade externa informações do seu desempenho institucional.

Para o processo de validação do instrumento, foi constituído um grupo de especialistas, selecionados aleatoriamente por contato telefônico, junto às coordenações EaD das IES das 5(cinco) regiões do país, e Plataforma Lattes, um total de 25 (vinte e cinco) especialistas, sendo 20 (vinte) coordenadores de Polos, e 5 (cinco) doutores especialistas na área de EaD, que após sinalizarem positivamente em participar da validação, receberam o questionário por email via *google forms*. Deste total, obteve-se o retorno de 11(onze) questionários, sendo 6 (seis) de coordenadores de Polos de Apoio Presencial, e 5 (cinco) de doutores especialistas em EaD.

3.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA OS POLOS DE APOIO PRESENCIAL

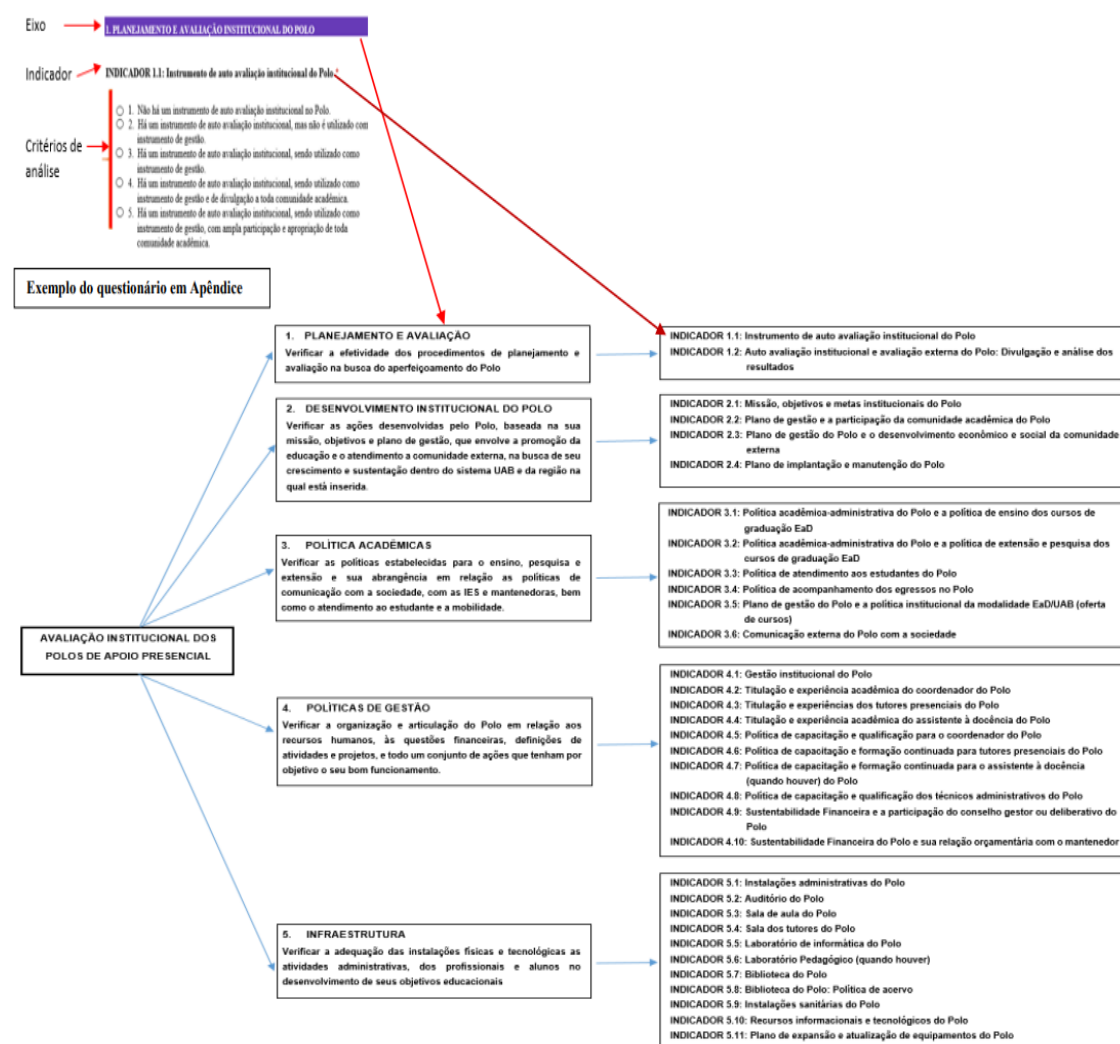
A construção de instrumentos de avaliação para as modalidades de ensino tem-se baseado em legislações pertinentes e recentes, tendo como base o decreto nº 9.235/2017 (instrumento unificado da modalidade presencial e a distância) e o art. 3ª da lei 10.861/2004 (inserção obrigatória das 10 dimensões do SINAES), estudos estatísticos, análises de demandas e metas do Plano Nacional de Educação - PNE (INEP, 2017). A necessidade de um instrumento de avaliação institucional para os Polos de Apoio Presencial foi pensada considerando a impossibilidade de uma avaliação institucional destas Unidades Educacionais, uma vez que os indicadores de seu atual instrumento de avaliação não estão compatíveis com o instrumento em vigor pela Portaria nº 1.382/17 que atende tanto a modalidade EaD quanto a presencial.

Para o processo de estruturação do instrumento, foram atribuídos indicadores de qualidade a cada um dos Eixos, levando em consideração tanto as exigências da Lei nº. 10.861/2004, quanto a utilização de informações provenientes de documentos internos e externos, que pudessem fundamentar e justificar a análise dos dados. Nesta estruturação, são

elencados temas que independem das particularidades de cada Polo, pois são questões abrangentes que devem ser analisadas e trabalhadas pelas unidades educacionais, como base para mensurar e adequar suas ações de gestão.

Respeitando a uniformização de um modelo avaliativo, já unificado para as modalidades a distância e presencial, apresenta-se abaixo a representação do instrumento de avaliação institucional. A Figura “1” apresenta os mesmos 5 Eixos centrais da Avaliação Institucional do SINAES para as modalidades presencial e a distância, onde para cada um destes Eixos traçou-se indicadores condizentes com o tema central, que possam mensurar e acompanhar a evolução das ações ou resultados pretendidos, conforme os objetivos institucionais dos Polos de Apoio Presencial EaD/UAB.

Figura 1 - Estrutura do Instrumento de Avaliação Institucional.



Fonte: Elaborado pelo autor

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Serão apresentados aqui os resultados do processo de validação de conteúdo para os indicadores de clareza e representatividade a que foi submetido o instrumento de avaliação institucional construído para os Polos de Apoio Presencial EaD/UAB, pelo autor em tela. O questionário submetido à apreciação dos especialistas pesquisadores e coordenadores de Polos EaD convidados, conta com 33 questões distribuídas em 5 categorias (eixos).

4.1 VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No intuito de garantir a qualidade do instrumento aplicado, o mesmo foi exposto ao processo de validação do conteúdo. A validação do conteúdo foi realizada mediante avaliação da clareza e representatividade dos itens que compõe o instrumento por coordenadores de Polo de EaD e por pesquisadores especialistas na área em questão, conforme recomendações na literatura (RUBIO *et al.*, 2003).

Um total de vinte coordenadores de Polo e cinco pesquisadores doutores especialistas na área de EaD foram formalmente convidados a participar do processo via e-mail. Aqueles que aceitaram participar do estudo receberam instruções quanto aos procedimentos de avaliação, junto da primeira versão do instrumento.

O indicador de clareza consiste em avaliar a redação dos itens quanto à compreensão do constructo que está sendo mensurado. O indicador de representatividade permite avaliar a adequação dos itens ao conceito do constructo, bem como sua relevância para a mensuração.

Ambos os indicadores foram apresentados em escala do tipo *Likert* com quatro categorias de resposta ordenadas (RUBIO *et al.*, 2003). Os dados oriundos do processo de avaliação foram utilizados para calcular o Índice de Validade de Conteúdo dos Itens (I-IVC) e da Escala (S-IVC) para ambos os indicadores de clareza e representatividade.

O I-IVC representa a proporção de especialistas que atribuiu nota três ou quatro para cada item, enquanto o S-IVC refere-se à proporção de itens considerados claros e representativos por todos os avaliadores. O cálculo dos índices se deu conforme proposto em literatura prévia (POLIT, 2008). Consideram-se adequados os itens com I-IVC igual ou superior a 0.80.

4.1.1 Validação de Conteúdo

De vinte e cinco avaliadores convidados para participar do processo de validação de conteúdo do instrumento, seis coordenadores de Polo e cinco pesquisadores doutores aceitaram participar e avaliaram o instrumento (Tabela 1). Todos os itens apresentaram I-IVC adequados para os indicadores de clareza e representatividade, variando entre 0.91 a 1.00. A proporção de itens considerados claros e representativos por todos os avaliadores foi 82% e 79%, respectivamente

Tabela 1 - Índices de Validação de Conteúdo dos Itens (I-IVC) e do Instrumento (S-IVC) para os indicadores de clareza e representatividade. Avaliação conduzida por coordenadores de Polo (n=6) e especialistas (n=5).

Item	Clareza			Representatividade		
	Coord	Espec	Total	Coord	Espec	Total
1. Planejamento e Avaliação institucional do Polo						
1.1. Instrumento de auto avaliação institucional	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
1.2. Auto avaliação institucional e avaliação externa	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
2. 2. Desenvolvimento Institucional do Polo						
2.1. Missão, objetivos, metas institucionais	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
2.2. Plano de gestão e a participação	1.00	0.80	0.91	1.00	1.00	1.00
2.3. Desenvolvimento econômico e social	0.83	1.00	0.91	1.00	1.00	1.00
2.4. Plano de implantação e manutenção	1.00	0.80	0.91	1.00	1.00	1.00
3. Políticas Acadêmicas do Polo						
3.1. Política de ensino	1.00	0.80	0.91	1.00	0.80	0.91
3.2. Política de pesquisa e extensão	0.83	1.00	0.91	1.00	0.80	0.91
3.3. Política de atendimento aos estudantes	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
3.4. Política de acompanhamento dos egressos	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
3.5. Política institucional da modalidade EaD/UAB	1.00	1.00	1.00	1.00	0.80	0.91
3.6. Comunicação externa	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
4. Políticas de Gestão do Polo						
4.1. Gestão institucional e o conselho gestor	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
4.2. Experiência acadêmica do coordenador	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
4.3. Experiências dos tutores presenciais	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
4.4. Experiência acadêmica do assistente à docência	1.00	0.80	0.91	1.00	1.00	1.00
4.5. Capacitação e qualificação para o coordenador	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
4.6. Capacitação para tutores presenciais	1.00	1.00	1.00	1.00	0.80	0.91
4.7. Capacitação para o assistente à docência	1.00	1.00	1.00	0.83	1.00	0.91
4.8. Capacitação dos técnicos administrativos	1.00	1.00	1.00	0.83	1.00	0.91
4.9. Participação do conselho gestor	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
4.10. Sustentabilidade Financeira	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
5. Infraestrutura do Polo						
5.1. Instalações administrativas do	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
5.2. Auditório do	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
5.3. Sala de aula do	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
5.4. Sala dos tutores do	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
5.5. Laboratório de informática do	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
5.6. Laboratório Pedagógico	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
5.7. Biblioteca	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
5.8. Biblioteca: Política de acervo	1.00	1.00	1.00	1.00	0.80	0.91
5.9. Instalações sanitárias do	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
5.10. Recursos informacionais e tecnológicos do	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
5.11. Expansão e atualização de equipamentos	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
Média do I-IVC	0.99	0.98	0.98	0.99	0.97	0.98
S-IVC	0.94	0.88	0.82	0.94	0.85	0.79

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da aplicação dos índices.

Apesar de os indicadores apresentarem-se favoráveis, o instrumento foi revisado e adequado conforme as sugestões dos avaliadores, sendo que as sugestões acerca dos Indicadores 3.5; 4.5; 4.6 e 4.8 não se coadunam com a proposta do instrumento, e, portanto, não foram acatadas. Os demais itens do instrumento sofreram pequenas alterações, principalmente para melhor adequação da clareza da redação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Polos de Apoio Presencial são, de acordo com a UAB, unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado das atividades então relacionadas ao Programa. Estes centros formadores contam com uma estrutura mínima exigida, que vai desde a estrutura física até recursos humanos e tecnológicos, tudo avaliado pela UAB/Capes. A gestão é complexa, uma vez que apresentam características próprias de acordo com as peculiaridades e os traços culturais das regiões a que pertencem. Infraestrutura física e recursos humanos e tecnológicos adequados são desafios para o Coordenador do Polo, que entre outras funções, deve estar comprometido com o projeto de educação a distância.

Estes espaços de construção do conhecimento, tanto quanto as demais instituições de ensino, necessitam de regulação e avaliação. Com relação a avaliação dos Polos, o INEP aplica um instrumento específico que envolve três dimensões, cujo o foco está pautado nos materiais, espaço físico, mobiliário, quando poderia dispensar mais ênfase ao pedagógico. Destaca-se aqui os dizeres de Masetto (2004), quando aduz que o sentido da avaliação institucional na educação a distância não pode estar ligado a modelos e padrões únicos.

Partindo desta ausência de Avaliação Institucional nos Polos de Apoio Presencial elaborou-se um instrumento de autoavaliação, que foi validado por especialistas e coordenadores de Polos.

Foi utilizado como base para a construção do instrumento, os eixos dos atuais instrumentos de credenciamento e credenciamento das modalidades presencial e a distância das IES, como também foram inseridas as 10 dimensões do SINAES, como preconiza a legislação em vigor.

O resultado da validação foi expressivo, todos os itens do instrumento apresentaram-se favoráveis para os indicadores de clareza e representatividade numa proporção de 82% e 79%, respectivamente. Porém, os itens foram revisados e adequados, conforme sugestão dos avaliadores, sendo que as alterações visaram uma melhor adequação da clareza da redação.

Conclui-se que o instrumento de avaliação institucional proposto para a aplicação nos Polos de Apoio Presencial a distância UAB, está adequado aos parâmetros institucionais e, portanto, pronto para ser aplicado. Com isso segue-se a próxima etapa da pesquisa, que terá o objetivo de traçar o perfil dos Polos e refletir sobre a suficiência dos requisitos mínimos exigidos pelo MEC, para o funcionamento e manutenção da qualidade destes centros de formação.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, A. B.; Sathler, L.(2008). Avaliação institucional – relevância e usos na EaD. [Em linha]. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008124132PM.pdf>. [Consultado em: 12 dez. 2018].
- Branco, J. C. S. (2014). A formação de professores a distância no Sistema UAB: análise de duas experiências em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. [Em linha]. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ujmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS9N7GEA/tese_juliana_branco_vers_o_final [Consultado em: 04/04/18].
- Brasil (2017). Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicado no DOU de 26 mai. 2017 – Seção I – p. 3.
- Brasil (2017a). Decreto nº. 9.235 de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Publicado no DOU de 18 dez. 2017 – Seção I – p. 2.
- CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior (2013). Guia de orientações básicas sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. [Em linha]. Disponível em:< http://abecin.org.br/ead/Guia_UAB_Interativo.pdf> . [Consultado em: 17 Jun.2018].
- Dias Sobrinho, J., Ristoff, D. I. (organizadores) (2003). Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular.
- Ferreira, M., Carneiro, T. C. J. (2015). A institucionalização da educação a distância no ensino superior brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. In: Educação Unisinos, V. 19, Nº. 2. Canoas, Unisinos. pp. 228-242.
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo, Atlas.
- INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017). Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância. [Em linha]. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf. [Consultado em: 30 de janeiro de 2018].

Marconi, M. A., Lakatos, E. M. (2000). Metodologia Científica. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo, Atlas.

Masetto, M. (2004). Auto-avaliação em cursos de pós-graduação: teoria e prática. Campinas, Papirus.

Matias-Pereira, J. (2008) Políticas públicas de educação no Brasil: a utilização da EAD como instrumento de inclusão social. In: Journal of Technology Management & Innovation, v. 3, n. 2, p. 44–55.

Mill, D.; Carmo, H. (2012) Análise das dificuldades de educadores e gestores da educação a distância virtual no Brasil e em Portugal. In: SIED - Simpósio Internacional de Educação a Distância/EnPED - Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. São Carlos: UFSCar.

Mota, Ronaldo. Universidade Aberta do Brasil. (2007). In: ABRAEAD Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância 2007. São Paulo: Instituto Monitor.

Polidori, M. M. (2009). Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... Outros índices. Avaliação, Campinas, SP; Sorocaba, SP, 14(2), pp. 439-452.

Polit, Denise F. C. T. B. (2008). The Content Validity Index: Are You Sure You Know What's Being Reported? Critique and Recommendations. In: Research in nursing & health, v. 31, n. 4, p. 341–354, 2008.

Rubio, D. M.; Weger, M.B.; Tebb, Susan S.; Lee, E. S., Rauch, Shannon S. (2003). Objectifying Content Validity: Conducting a content validity study in Social Work Research. Social Work Research, 27(2), pp. 94-104.

Víctora, Ceres G.; Knauth, Daniela R.; Hassen, Maria de N. Agra (2000). Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial.